



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



PARECER

Projeto de Lei nº 28, de 2025

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.780, de 10 de abril de 2012, que institui o Programa de Concessão de Benefícios Eventuais – PROVIDA, e dá outras providências.

1 - Do Relatório:

O Projeto de Lei nº 28, de 2025, de autoria da Prefeitura Municipal de Indianópolis, após parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Controle, é submetido a Comissão de Serviços Públicos desta Casa Legislativa, para análise de mérito, em respeito à determinação do art. 35, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Indianópolis.

O presente Projeto tem por objetivo assegurar maior flexibilidade e adequação à realidade social, estabelecendo que a composição do kit enxoval de recém-nascido será definida por meio de Decreto do Poder Executivo.

Conforme justificativa do Executivo, a definição do conteúdo do kit enxoval por meio de decreto permitirá ajustes mais céleres, adequando os itens às necessidades materiais das famílias assistidas, às diretrizes de assistência social.

Temos que o parecer desta Comissão é o seguinte:

2 – Da análise de mérito:



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

A matéria objeto deste parecer versa sobre a alteração do instrumento normativo responsável pela definição da composição do kit enxoval de recém-nascido, passando a ser definido por meio de Decreto do Poder Executivo.

A utilização de Decreto, nesse caso, permite maior celeridade na atualização dos itens, o que é relevante em contextos de mudança nos custos e nas demandas sociais. Sendo essa flexibilização a promoção de maior efetividade da política pública, permitindo que a administração atenda às necessidades reais e atuais das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Cabe esclarecer que a definição por decreto não retira a obrigatoriedade de que a composição do kit observe os princípios da dignidade da pessoa humana e da prioridade absoluta da criança, dispostos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o controle social exercido pelos conselhos da assistência social.

Portanto, a medida proposta revela-se pertinente, eficaz aos objetivos de aprimorar a gestão de políticas públicas voltadas à primeira infância.

Analisando o texto legal proposto, há efetiva demonstração quanto ao seu benefício do mesmo e a sua tramitação acarretará melhorias para comunidade com maior vulnerabilidade do nosso município.

3 – Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão:

Diante do exposto, a Comissão de Serviços Públicos manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 28/2025, pelas razões já expostas no presente.

É o parecer, *SMJ*.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



Clodoaldo José Borges
Relator/Vice-presidente

Janizio Moacir Vaz de Resende
Presidente

Leonardo Alves Vieira
Membro